

tificado foi designado o dia 23 de Março de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

Tendo o juiz limitado a participação na assembleia aos titulares de créditos que atinjam o valor de € 9295,58, fixado no despacho de convocatória, podem os credores afectados fazer-se representar por outro cujo crédito seja pelo menos igual ao limite fixado, ou agrupar-se de forma a completar o montante exigido, participando através de um representante comum (n.º 4 do artigo 72.º do CIRE).

29 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Rosa Moura*. — O Oficial de Justiça, *Cecília Tavares*.

1000310653

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 1179/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)
Processo n.º 4791/06.7TBSTS

Credor — Ângela Sofia Pereira Neto Machado.
Insolvente — Têxtil Guimarães & Lages, L.^{da}

No 4.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, no dia 1 de Fevereiro de 2007, pelas 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Têxtil Guimarães & Lages, L.^{da}, número de identificação fiscal 505230003 e sede na Rua das Novas Empresas, Fontiscos, 4780-511 Santo Tirso.

É administrador do devedor Isabel Maria Gonçalves Flores Guimarães, número de identificação 189823593 e com domicílio na Rua Nova da Telheira, 130, 3.º, direito-centro, 4780-510 Santo Tirso. Para administrador da insolvência é nomeado Adélio Monteiro Gonçalves Ramalho, com endereço na Rua de Joaquim Lagoa, 15, 4445-482 Ermesinde.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantidos;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11 de Abril de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do

relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

2 de Fevereiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Carlos Revez*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Oliveira*.

3000225297

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Anúncio n.º 1180/2007

Verificação ulterior de créditos/outras dívidas (CIRE)
Processo n.º 1578/06.0TBSJM-D

Insolvente — SANEOBRA, S. A., e outro(s).

Presidente da comissão de credores — Caixa Geral de Depósitos e outro(s).

O Dr. Carlos Alberto Casas Azevedo, juiz de direito do 3.º Juízo do Tribunal da Comarca de São João da Madeira, faz saber que, nos presentes autos supra-identificados que correm por apenso nos autos de declaração de insolvência por este Juízo e Tribunal, em que é devedor SANEOBRA, S. A., com endereço na Avenida da Liberdade, 635, 1.º-E, 3700-166 São João da Madeira, correm éditos de 10 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores da massa insolvente, para no prazo de 20 dias, findos os dos éditos, contestarem, querendo, a presente acção (artigos 146.º e 148.º do CIRE e 783.º do CPC), e na qual pretende o autor que seja verificado o seu crédito no montante de € 1 197 493,47, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição de quem o queira consultar, dentro das horas normais de expediente.

21 de Janeiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Carlos Alberto Casas Azevedo*. — O Oficial de Justiça, *Paula Oliveira*.

3000225217

TRIBUNAL DA COMARCA DE SÁTÃO

Anúncio n.º 1181/2007

Prestação de contas de liquidatário — Processo n.º 452-E/2001

Requerente — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social — Delegação de Viseu.

Requerido — Carlos Gomes & Filhos, L.^{da}

A Dr.ª Ana Raquel da Costa Pinheiro e Silva, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Sátão, faz saber que são os credores e a falida notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio,

se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo liquidatário (artigo 223.º, n.º 1, do CPEREF).

1 de Fevereiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Raquel da Costa Pinheiro e Silva*. — O Oficial de Justiça, *Rui Neto Alves*.

3000225292

2.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SETÚBAL

Anúncio n.º 1182/2007

A juíza de direito Sílvia Casalta Almeida, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Setúbal, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 278/98.8JASTB, pendente neste Tribunal contra o arguido Hugo Alexandre Ferreira Ribeiro, filho de Jorge Batista Rosa Ribeiro e de Maria Laura Araújo Ferreira Ribeiro, natural de São Sebastião da Pedreira (Lisboa), nacional de Portugal, nascido em 23 de Abril de 1978, solteiro, bilhete de identidade n.º 11195162, com domicílio na Rua do General Humberto Delgado, 46, 2.º, direito, Fogueteiro, 2840-000 Seixal, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de quantidades diminutas e de menor gravidade, previsto e punido pelo artigo 25.º, na alínea a), e 21.º, n.º 1, e Tabela I-C, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 17 de Março de 1998, por despacho de 22 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se ter apresentado em juízo e ter prestado termo de identidade e residência.

22 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Sílvia Casalta Almeida*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Varela*.

Anúncio n.º 1183/2007

O juiz de direito João Gonçalo Ramalho, do 2.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Setúbal, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 57/98.2TASTB, pendente neste Tribunal contra o arguido Jorge Manuel da Silva Fernandes, filho de José de Brito Fernandes e de Ludovina Mendes da Silva, natural do Barreiro, nacional de Portugal, nascido em 2 de Fevereiro de 1975, solteiro, profissão desconhecida ou sem profissão, bilhete de identidade n.º 10507025, com domicílio na Rua de Bento de Jesus Caraça, 6, Bairro Alentejano, Quinta do Anjo, 2950-000 Palmela, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 13 de Julho de 1997, por despacho de 9 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo ter sido detido e prestado termo de identidade e residência.

24 de Janeiro de 2007. — O Juiz de Direito, *João Gonçalo Ramalho*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Varela*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SINTRA

Anúncio n.º 1184/2007

A juíza de direito Ana Paula Paes de Carvalho, do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Sintra, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 348/03.2PDSNT, pendente neste Tribunal contra o arguido Bruno de Souza Menezes, filho de António Carlos Lemme de Menezes e de Ana Cristina Souza, natural do Brasil, nacional do Brasil, nascido em 7 de Março de 1984, solteiro, bilhete de identidade n.º 16133297, número de identificação fiscal estrangeiro 309069, com domicílio na Vivenda Galvão, 1.º, direito, Casal dos Afonsos, Queluz de Baixo, 2745-000 Queluz, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 6 de Junho de 2003, por despacho de 23 de Janeiro de 2007, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por detenção.

24 de Janeiro de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Paes de Carvalho*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Fátima Sousa*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE TÁBUA

Anúncio n.º 1185/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 521/06.1TBTBU

Devedor — Transportes Robalo e Amaral, L.^{da}
Interveniente acidental — ABRASGEST — Contabilidade, Gestão e Auditoria, L.^{da}, e outros.

Na secção única do Tribunal da Comarca de Tábua, no dia 1 de Fevereiro de 2007, às 12 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Transportes Robalo e Amaral, L.^{da}, número de identificação fiscal 504935844, com sede na Rua da Fonte, Tábua, 3420 Tábua.

É administrador do devedor José António de Figueiredo Amaral, com domicílio na Rua da Fonte, Pinheiro de Coja, 3420 Tábua.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Carlos José Fraga, com domicílio na Rua de Luís de Camões, 1, 2795-125 Linda-a-Velha.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente [artigo 36.º, alínea m), do CIRE].

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento e montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 28 de Março de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

6 de Fevereiro de 2007 — A Juíza de Direito, *Cláudia Martins Abes*. — O Oficial de Justiça, *Fernanda Almeida*.

3000225264